



## **A estratégia de desenvolvimento sustentável do governo municipal do Rio de Janeiro**

Originalmente elaborado para o seminário "Segurança dos Cidadãos no Brasil Avanços e Desafios", organizado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars em Washington D.C., em 28 de março de 2014.

**Washington, DC Agosto de 2014**

*Resumo: O objetivo deste artigo é descrever a concepção de desenvolvimento sustentável e seu modelo associado de revitalização urbana, consagrado no plano de desenvolvimento estratégico do governo municipal do Rio de Janeiro. A boa governança e o desenvolvimento econômico, social e ambiental foram incluídos no plano como pilares do desenvolvimento municipal são analisados indicadores de desempenho em cada uma dessas dimensões, e faz-se um exame da hipótese de que a boa governança seja uma exigência indispensável para o desenvolvimento sustentável municipal. Baseado em evidências internacionais e locais, o artigo propõe que o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável é substancialmente facilitado por parcerias multissetoriais com mecanismos para a participação cidadã.*

Eduarda de La Rocque, President, Pereira Passos Institute, [erocque.ipprio@gmail.com](mailto:erocque.ipprio@gmail.com)

Petras Shelton-Zumpano, Technical Adviser, Pereira Passos Institute & UN-Habitat, [petras.ir@gmail.com](mailto:petras.ir@gmail.com)

## **A Visão para o Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro e o Plano Estratégico Municipal da cidade<sup>1</sup>;**

O governo municipal do Rio de Janeiro tornou-se um dos líderes dos governos locais no Sul global para discussões sobre desenvolvimento sustentável. Em 2012, a cidade promoveu o mais importante encontro sobre desenvolvimento sustentável, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O documento final da conferência, “O Futuro que Queremos”<sup>2</sup>, estabeleceu uma visão global comum que concebe a erradicação da pobreza como um dos objetivos mais importantes da agenda de desenvolvimento sustentável, e uma das condições essenciais para concretizar a agenda, ao lado da necessidade de mudar profundamente padrões de consumo e produção protegendo os recursos naturais para futuras gerações. Os pilares econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável definidos pela Comissão Brundtland em 1987 foram reafirmados na Conferência Rio+20. Essa visão global do futuro reflete-se em grande medida nas pautas locais do Rio de Janeiro e na visão local da prefeitura.

Complementando os três pilares da Comissão de Brundtland, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDSN)<sup>3</sup> e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)<sup>4</sup> propõem um quarto pilar, a boa governança, não apenas da administração pública, mas também das alianças estabelecidas entre cidadãos, governos, sociedade civil e setor privado. A transparência é parte fundamental da boa governança. De acordo com o último parágrafo do documento final da Rio+20, os compromentimentos feitos em relação ao desenvolvimento sustentável devem ser compilados em um registro na internet monitorado pelo público e regularmente atualizado com os indicadores de desempenho das ações previstas. Em concordância com a agenda global, o governo municipal do Rio de Janeiro implementou um modelo de gestão pública baseado em resultados e estruturado em planos estratégicos de quatro anos, fomentando a cultura meritocrática, a eficiência e o alcance de metas de desenvolvimento<sup>5</sup>. Muitos dos indicadores e metas do plano municipal de 2013-2016, particularmente aqueles relacionados à gestão pública, foram influenciados por diretrizes de boa governança propostas pela comunidade transnacional de desenvolvimento sustentável. Representantes municipais participam de várias redes de especialistas dessa comunidade transnacional, tais como o Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima, atualmente

---

<sup>1</sup> Isadora Araújo forneceu excelente assistência de pesquisa, Bárbara Caballero, Felipe Lins, Felipe Mandarino, Fernando Cavallieri, Jennifer Asman, Julia Daniel, Katcha Polopovsky e Luis Valverde, do Instituto Pereira Passos, leram várias versões e contribuíram com muitas sugestões.

<sup>2</sup> Resolução 66/288 da Assembleia Geral das Nações Unidas, O Futuro que Queremos, UN Doc A/RES/66/288 (27 de julho de 2012), [https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1\\_english.pdf](https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216l-1_english.pdf)

<sup>3</sup> Leadership Council of the Sustainable Development Solutions Network, An Action Agenda for Sustainable Development: report for the UN Secretary-General (2014), <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2013/06/140505-An-Action-Agenda-for-Sustainable-Development.pdf>

<sup>4</sup> UNDP, Governance for Sustainable Development: Integrating Governance in the Post-2015 Development Framework (2014), <http://www.undp.org/content/dam/undp/ibrah/y/Democratic%20Governance/Discussion-Paper-Governance-for-Sustainable-Development.pdf>

<sup>5</sup> Evans, P. & Rauch, J. E., “Bureaucracy and Growth.’ A Cross-National Analysis of the Effects of ‘Weberian State Structures on Economic Growth” *American Sociological Review* (1999), 64(5): 748-65, <http://homepage.ntu.edu.tw/~kslin/macro2009/Evans%20and%20Rauch%207999.pdf>

presidido pelo Rio de Janeiro, Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) e a rede multisetorial SDSN .

Após a inauguração global da SDSN pelo secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki Moon em 2012, uma sessão brasileira foi criada no Rio de Janeiro em março de 2014. A SDSN brasileira é coordenada conjuntamente pelo governo municipal do Rio de Janeiro, representado pelo Instituto Pereira Passos (IPP-Rio), Conservation International, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A participação nessas redes facilita a mobilização de recursos e a rápida troca de informações, metodologias e tecnologias. Com isso em mente, e a adesão inicial de mais de 50 instituições, o IPP-Rio lançou em Dezembro de 2014 o “Pacto do Rio: por uma cidade integrada”, um conjunto de compromissos mensuráveis articulados entre instituições de vários setores, no âmbito da SDSN, para aproveitar a conjuntura positiva da cidade, fortalecer as conexões entre as redes locais e internacionais e financiar projetos de desenvolvimento urbano local.

### *Uma Janela de oportunidade para a Revitalização Urbana*

A conjuntura da cidade do Rio de Janeiro é bastante positiva para a revitalização urbana nos anos que antecedem a realização das Olimpíadas de 2016 apesar da conjuntura internacional nem tão favorável. O plano estratégico municipal implementado entre 2009 e 2012 foi lançado em meio a uma crise financeira global, mas as condições políticas e econômicas locais apresentaram uma janela de oportunidade para o crescimento acelerado e para o desenvolvimento sustentável. O prenúncio de um aumento substancial da produção de petróleo na costa do Estado do Rio de Janeiro é um dos fatores da conjuntura positiva, principalmente do ponto de vista da qualificação produtiva, geração de empregos e renda<sup>6</sup>. Além disso, pouco depois da eleição do prefeito Eduardo Paes em 2009, iniciou-se na cidade um novo período de alinhamento político entre as três esferas do governo, federal, estadual e municipal, impulsionando a revitalização urbana<sup>7</sup>. A cidade também se beneficiou do grande aumento da visibilidade mundial, fortalecendo o marketing e a atratividade da cidade. As capacidades do município para aproveitar e influenciar pautas em arenas internacionais também foram reforçadas<sup>8</sup>. Em 2010, a cidade promoveu o 5º Fórum Urbano Mundial; em 2011, sediou o Fórum Econômico Mundial na América Latina; em 2012, a Rio+20; em 2013, a Copa das Confederações da FIFA e o Dia Mundial da Juventude e, em 2014, a Copa do Mundo da FIFA. Em 2015, celebra seu 450º aniversário e, em 2016, serão realizados os Jogos Olímpicos de Verão.

A rara sucessão de tantos eventos internacionais oferece para o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro grandes oportunidades e desafios. Os impactos de megaeventos foram categorizados por alguns pesquisadores como de curto prazo ou longo prazo, e visíveis ou

---

<sup>6</sup> Governo do Estado do Rio de Janeiro. Pré sal: de quanto estamos falando? Uma Análise macroeconômica da produção potencial dos campos do Pré-sal brasileiro, Subsecretaria de Estudos Econômicos do Estado do Rio de Janeiro (2010), <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1724036>

<sup>7</sup> Souza, Alessandra Augusta; La Rocque, Eduarda & Boavista, José Marcelo Souza, “Revitalizando a Economia do Município do Rio de Janeiro: O Mercado Financeiro” Texto Preliminar para Discussão (No. 03, Maio), Secretaria Municipal da Fazenda do Rio de Janeiro (2011), pp.3, <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1753111/DLFE-228114.pdf/TDSMF.pdf>

<sup>8</sup> Federal University of Rio de Janeiro/COPPE/SAGE, Olympic Games Impact (OGI) Study - RIO 2016.' Relatório inicial (R1) do Estudo dos impactos e do legado dos Jogos Rio 2016. Rio de Janeiro: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, pp. 20, [http://www.rio2016.com.br/sites/default/files/parceiros/ogi\\_rio\\_2016\\_r1\\_br2\\_0.pdf](http://www.rio2016.com.br/sites/default/files/parceiros/ogi_rio_2016_r1_br2_0.pdf)

invisíveis<sup>9</sup>. Entre os benefícios de curto prazo mais visíveis, estão os empregos gerados pela Copa do Mundo e pelos Jogos Olímpicos, o desenvolvimento comunitário, melhorias da infraestrutura de esportes e a receita dos jogos. Os benefícios de longo prazo incluem infraestrutura urbana, instalações esportivas, hospedagem, aumento no turismo e a expansão das organizações de voluntariado. No entanto, os impactos visíveis de longo prazo também podem incluir aumentos significativos no custo de vida, o que pode ser prejudicial para as comunidades mais vulneráveis. Além dos impactos visíveis, impactos invisíveis, tanto positivos como negativos, afetam o legado dos megaeventos. No curto prazo, mega-eventos fortalecem marcas da cidade (*city branding*) e aglomeram vontades políticas para concretizar transformações urbanas mais profundas, mas também podem deslocar investimentos e recursos de outras demandas. O legado social dos mega eventos depende da gestão eficiente desses deslocamentos e do impacto da inflação do custo de vida sobre os grupos de renda mais baixa. Nesse sentido, a integração das políticas sociais com o planejamento dos megaeventos e do município é essencial. As receitas de megaeventos geralmente cobrem custos operacionais, mas a demanda pode não corresponder às despesas com infraestrutura. Para evitar a ineficiência, o legado deve ser formatado em harmonia com os planos de desenvolvimento de longo prazo para a cidade<sup>10</sup>.

As percepções públicas relacionadas ao deslocamento de despesas causado pelos megaeventos contribuíram para a tensão social no Rio. Em junho de 2013 noticiários anunciaram que mais de 1,5 milhão de pessoas tomaram as ruas no Brasil com várias reivindicações relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Serviços de transporte público, saúde e educação estavam entre as principais insatisfações, porém, mais de 30% dos participantes de protestos entrevistados por pesquisadores mencionaram o legado da Copa do Mundo<sup>11</sup>. Na mídia nacional, muitas reportagens mostraram que no Rio de Janeiro mais de 300.000 pessoas saíram às ruas em um só dia. Foi um dos maiores protestos da história brasileira. Rio de Janeiro foi a capital nacional, em comparação com muitas outras cidades do país os cariocas são altamente politizados e a sociedade civil é muito atuante. Essas características representam uma grande oportunidade para a mobilização social e para que alianças multissetoriais de desenvolvimento sustentável se beneficiem da participação cidadã. Apesar das agendas e lideranças relativamente difusas nesses protestos, prefeitos de várias grandes cidades, incluindo Rio de Janeiro, reduziram as tarifas de ônibus em respeito a uma das demandas identificadas. A efetividade dessas demandas poderia ser muito maior se fossem canalizadas por meio de instrumentos de participação democrática.

## **Boa Governança: Base para o Desenvolvimento Sustentável**

---

<sup>9</sup> Poynter, Gavin, "From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympics Effect" London East Research Institute - Working Papers in Urban Studies (março de 2006), <https://www.uel.ac.uk/sportslaw/resources/beijingtobow.pdf>

<sup>10</sup> Solberg, Harry Arne & Preuss, Holger "Major Sport Events and Long-Term Tourism Impacts" *Journal of Sport Management* (2007), 21, 213-234, <http://wspahn.camel.ntupes.edu.tw/ezcatfiles/t063/download/attdown/0/event%20long%20term%20tourism%20JSM%202007.pdf>

<sup>11</sup> IBOPE Inteligência, Pesquisa de opinião pública sobre os manifestantes, 20 de Junho (2013), <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/>

A governança é descrita como um quarto pilar do desenvolvimento sustentável, mas também como sua base e seu pré-requisito. O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat) sugeriu que os seguintes fatores são aspectos da boa governança: participação cidadã, gestão baseada em resultados, descentralização, prestação de contas e transparência, igualdade de gênero e cooperação intermunicipal, tanto nacional quanto internacional<sup>12</sup>.

Em 2012, o prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes iniciou uma revisão do plano estratégico de 2009-2012, um importante instrumento para a transparência e a gestão baseada em resultados. Concluiu-se que mais de 80% das metas foram cumpridas, e formulou-se um novo plano estratégico para 2013-2016, com uma visão para 2030. Transformar o Rio na melhor cidade do hemisfério Sul para se viver e trabalhar é o objetivo abrangente do novo plano, que busca erradicar a pobreza extrema e a desigualdade no Rio e, ao mesmo tempo, transformar a cidade na capital estadual com os melhores sistemas de educação e saúde públicas no Brasil.

Para a formulação do novo plano estratégico 2013-2016, uma pesquisa de opinião com mil cidadãos foi realizada, enquanto cerca de cem funcionários públicos municipais dedicaram mais de 2000 horas de trabalho em colaboração com profissionais da empresa McKinsey. O plano envolve 56 metas e um orçamento de investimento ao longo de quatro anos que totaliza R\$ 38,6 bilhões. O tesouro municipal fornecerá em torno de 60% do orçamento. O restante será atraído de fontes externas, como concessões, parcerias público-privadas (PPPs), transferências e empréstimos intergovernamentais. Como parte do sistema municipal para a gestão do projeto e monitoramento de metas (SMGPM), um modelo de gestão baseado em resultados, foram destacados analistas em cada departamento do executivo para alimentar o sistema, coordenados pelo gabinete de governo.

Um importante mecanismo para a participação cidadã estabelecido no Rio de Janeiro em 2011 foi a central de atendimento telefônico e online 1746. Em 2013, o serviço recebeu 3,5 milhões de chamadas, ultrapassando antecipadamente a meta estabelecida no plano estratégico para o ano de 2016. No entanto, a integração dos serviços de contato remoto e imediato com os cidadãos continua sendo um desafio. O plano estratégico também enfoca a descentralização, com o objetivo de transformar todas as 33 sedes da administração regional em centros de atendimento de autosserviço totalmente equipados. A cidade é atuante em vários mecanismos de cooperação intermunicipal, principalmente como presidente do Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança sobre Mudança Climática. Também patrocina o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, um dos principais grupos de pensamento no mundo para pesquisa sobre governança nas economias emergentes. Poucos governos locais no Brasil têm institutos de planejamento dedicados. O Instituto Pereira Passos (IPP-Rio) da cidade, entidade de planejamento, tem a tarefa de monitorar e formular vários dos indicadores de desenvolvimento do Rio de Janeiro e atualizar dados geográficos oficiais. Trabalhando colaborativamente com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e com organizações de vários setores, o IPP-Rio coleta processa e analisa informações sobre o desenvolvimento urbano sustentável local, e promove intervenções principalmente nos territórios com maior vulnerabilidade e precariedade.

### *Paz e Segurança: Componentes Essenciais da Governança*

---

<sup>12</sup> UN-Habitat, State of Latin American and Caribbean cities: towards a new urban transition, United Nations Human Settlement Programme (2012), <http://mirror.unhabitat.org/pmss/getElectronicVersion.aspx?nr=3386&alt=1>

Paz e segurança são condições essenciais para a boa governança. Por isso existe um reconhecimento mundial crescente de que devem ser prioridades para todos os níveis de governo, incluídas nas metas estratégicas multisectoriais<sup>13</sup>. O Grupo de Trabalho das Nações Unidas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015<sup>14</sup> propôs incluir a paz e a segurança como componentes principais do roteiro do desenvolvimento. Essa proposta foi destacada por especialistas em segurança pública no Brasil que enfatizam a importância dessa questão para a população<sup>15</sup>. A insegurança urbana tornou-se um obstáculo para a governança eficaz, especialmente nas favelas e assentamentos informais com grupos criminosos ostensivos a partir da década de 80. Em muitas favelas, grupos criminosos cooptaram associações de moradores e atacaram líderes locais, restringindo a mobilização comunitária, a oferta de serviços e a mobilidade. Em dezembro de 2008, o governo do estado do Rio de Janeiro inaugurou em Santa Marta a primeira unidade de polícia pacificadora (UPP) do novo modelo de policiamento de proximidade para as favelas, influenciado pelo policiamento comunitário. A polícia pacificadora recebe apoio financeiro do governo municipal e do setor privado. De acordo com uma avaliação do impacto<sup>16</sup> das UPPs em treze territórios, considerando o período desde sua implantação até Junho de 2011, as taxas de mortes violentas e de homicídios caíram a respectivamente um quarto e um quinto da taxa anterior ao início da pacificação. A avaliação também demonstra uma grande diminuição da letalidade violenta no entorno de dois territórios pacificados, o que sugere a possibilidade de um efeito similar de outras UPPs. Conclui que os moradores de alguns territórios com UPP percebem uma melhora na oferta de serviços públicos, capacitação e empregos. A avaliação de impacto aponta que a política de pacificação contribuiu bastante para a queda dos homicídios dolosos no município.

---

<sup>13</sup> World Bank, Making Brazilians Safer analyzing the dynamics of Violent crime. Washington, D.C.. World Bank (2013), [http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/03/15/000442464\\_20130315123229/Rendered/PDF/707640ESWOREVIOICSOOfoViolentOCrime.pdf](http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/03/15/000442464_20130315123229/Rendered/PDF/707640ESWOREVIOICSOOfoViolentOCrime.pdf)

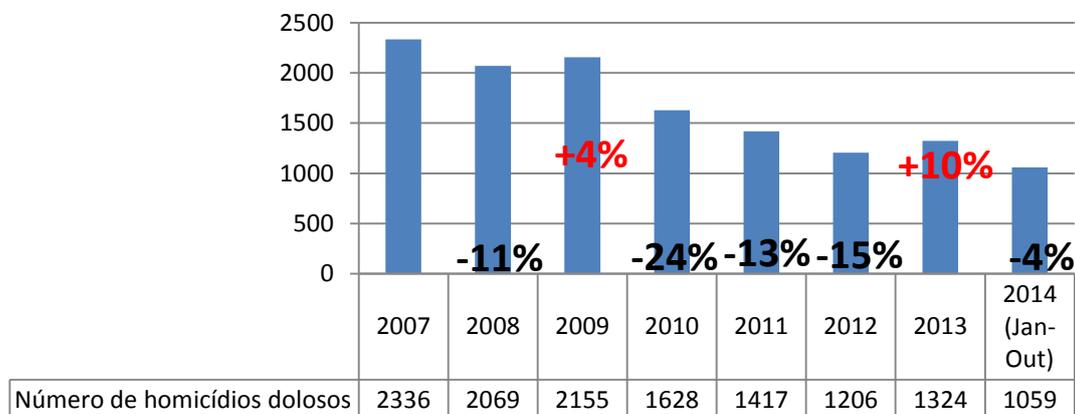
<sup>14</sup> UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda, Realizing the Future We Want for All, Report to the Secretary-General (2012), [http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam\\_undf/untt\\_report.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/untaskteam_undf/untt_report.pdf)

<sup>15</sup> Ricardo, Carolina et al., "Promoção da paz, segurança, justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015: declaração de especialistas em segurança pública", Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014), [http://WWW.forumseguranca.org.br/storage/download/post2015%20narrative20\(portuguese\)%20july14%202014-ef2.pdf](http://WWW.forumseguranca.org.br/storage/download/post2015%20narrative20(portuguese)%20july14%202014-ef2.pdf)

<sup>16</sup> CANO, Ignacio et al. (2012) *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ

## Homicídio doloso na cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Segurança



De acordo com a base de dados pública do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), a ocorrência de homicídios diminuiu gradativamente na Cidade do Rio de Janeiro de 2.336 no ano 2007 para 1.206 em 2012. O índice de homicídios diminuiu 24% de 2009 para 2010. De 2010 para 2012, a tendência de queda continuou embora em ritmo menor. Houve uma reversão em 2013, com um aumento de 10%, enquanto de Janeiro a Outubro de 2014 houve uma queda de 4% no número de homicídios comparado com o mesmo período de 2013. Apesar das estatísticas de letalidade recentes, os níveis antes da política de pacificação eram significativamente piores. Especialistas estimam que em torno de 5.000 homicídios tenham sido evitados desde a inauguração das unidades de polícia pacificadora<sup>17</sup>. Muitas pessoas acreditam que as melhorias na segurança tiveram efeitos positivos sobre a qualidade da governança e as condições de vida.

### *Rio+Social: Boa Governança das Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)*

O governo municipal do Rio de Janeiro, representado pelo IPP-Rio, estabeleceu um projeto de cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (ONU-Habitat) para ajudar a consolidar a pacificação e o controle territorial das favelas. O projeto UPP Social teve início em 2010, foi formalmente lançado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2011 e rebatizado como Rio+Social em 2014. Compõe a plataforma de integração urbana da prefeitura atrelada ao plano estratégico do município para o período 2013 a 2016. O projeto conta com o acúmulo histórico de dados produzidos pelo IPP-Rio, incluindo a cartografia oficial da cidade e o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda<sup>18</sup>, cujos dados sobre 633 favelas da cidade, e suas 1024 comunidades, foram coletados desde 1983. A experiência

<sup>17</sup> Zachhi, José Marcelo; Strozenberg, Pedro & Ramos, Silvia, "Nova etapa nas UPPs: É preciso consolidar uma polícia democrática" O Globo (21/05/2014), <http://oglobo.globo.com/op/niao/nova-etapa-nas-upps-12549078>

<sup>18</sup> <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>

dos servidores do IPP-Rio com intervenções públicas anteriores em favelas, tal como o Favela-Bairro e os Postos de Orientação Urbanística e Social<sup>19</sup>, também foi somada ao Rio+Social.

ONU-Habitat foi convidado para aportar suas metodologias de planejamento participativo local e as estratégias de prevenção de crime promovidas pelo seu projeto global Cidades Mais Seguras. Em operação desde 1996, as recomendações dessa iniciativa para tornar as cidades mais seguras são influenciadas por teorias e práticas que enfatizam na prevenção do crime: o grau de coesão social; a extensão das desigualdades urbanas; os riscos do ambiente construído; e o escopo da inclusão em relação à governança urbana<sup>20</sup>. A combinação dos conhecimentos acumulados pela prefeitura e pelo ONU-Habitat ao longo de décadas gerindo projetos para o desenvolvimento sustentável é uma das principais características do Rio+Social. Também foram importantes influências as experiências com urbanização de favelas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Governo brasileiro. Um estudo dessas experiências recomenda fomentar a participação e incluir nos projetos de urbanização de favelas o “trabalho social”, que inclui diagnóstico, acompanhamento, comunicação e mobilização; arranjos para promover a intersectorialidade das ações sociais; e atividades para fortalecer o capital social, tais como a capacitação e fortalecimento de redes de lideranças e organizações locais<sup>21</sup>.

No final de 2014, em torno de 700.000 pessoas viviam em comunidades atendidas pelo Rio+Social, 11% da população da cidade ou quase a metade dos moradores de favelas do Rio. Uma equipe de gestão territorial do Rio+Social opera nas favelas pacificadas do município do Rio de Janeiro permanentemente, buscando estratégias para reduzir as desigualdades e fortalecer as redes de trabalho, a coesão social e o capital social. A equipe territorial é interdisciplinar, formada principalmente por trabalhadores de campo que produzem dados e mobilizam parcerias multissetoriais compostas por moradores, organizações de base comunitária, administradores públicos e investidores sociais. Inclui uma unidade de mobilizações e parcerias, para incluir projetos de desenvolvimento sustentável com a sociedade civil e o setor privado, e um grupo de trabalho de fomento de redes que realiza pesquisas e apoia a transferência de conhecimentos nos territórios.

---

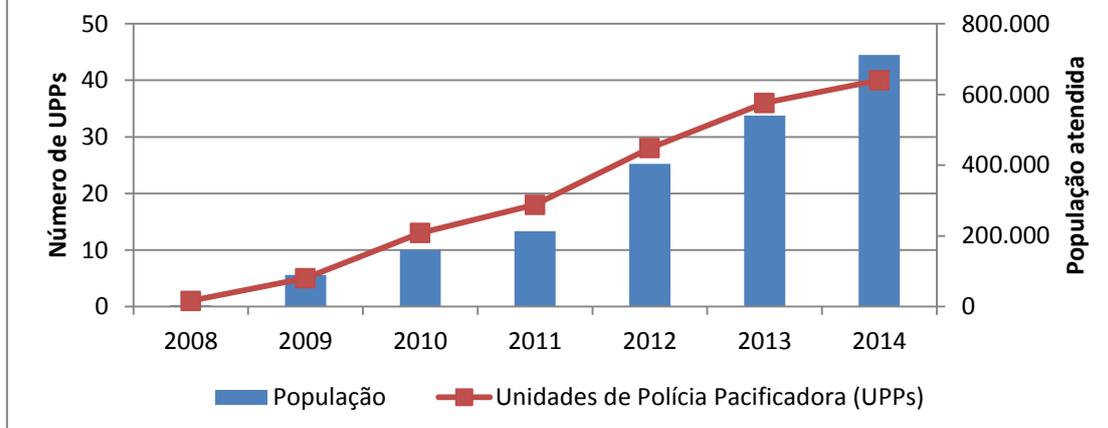
<sup>19</sup> Cavallieri, Fernando & Vial, Adriana (2009) “O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os Pousos” *Coleção Estudos Cariocas*, No. 9, Maio,

<sup>20</sup> Velasquez, Elkin, “Prolegomena: urban development as urban safety” in UN- HABITAT (Ed.) *Urban Safety through Slum Upgrading*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (2012).

<sup>21</sup> Fernanda Magalhães e Francesco di Villarosa, editores. 2012. *Urbanização de favelas: Lições aprendidas no Brasil / Washington DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento*

## Expansão da população atendida pelo programa Rio+Social e por UPPs

Fonte: Instituto Pereira Passos e Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP)



Reduzir as desigualdades urbanas, particularmente de acesso a serviços públicos, é a preocupação fundamental das três equipes do Rio+Social, territorial, gestão de informações e gestão institucional. A equipe de gestão de informações processa os dados sobre serviços públicos coletados pela equipe territorial para a atualização dos mapas e bases de dados oficiais da cidade. A equipe de gestão institucional coordena as relações e o estabelecimento de parcerias entre as várias secretarias do governo municipal para melhorar a qualidade e a eficiência dos gastos públicos nas favelas. O Departamento de Informações da Cidade do IPP-Rio, com o apoio das equipes de gestão de informações e gestão institucional atualiza o mapa oficial dos investimentos e equipamentos municipais em favelas e áreas de entorno. No final de 2014 havia entradas no mapa referentes a 549 escolas, hospitais e outros serviços municipais, com rótulos interativos, detalhes de contatos e dados estatísticos<sup>22</sup>. O Departamento de Informações da Cidade também participa da produção de um dos principais produtos do Rio+Social, o os mapa rápido participativos (MRP). O repertório metodológico do MRP foi alterado e adaptado ao contexto das favelas pelas equipes do IPP-Rio e do Rio+Social a partir de antecessores como a avaliação rápida rural (RRA)<sup>23</sup>, as subsequentes avaliações participativas rurais (PRA)<sup>24</sup> e avaliações similares empregadas no Brasil<sup>25</sup>. O MRP reúne anualmente informações geográficas sobre a qualidade do ambiente construído e a infraestrutura pública nas favelas pacificadas. São compilados indicadores sobre riscos geológicos, infraestrutura de esgotos e saneamento iluminação de ruas, entre outros componentes do ambiente construído. Além dos mapas rápidos participativos, o Rio+Social realiza a checagem dos logradouros nas favelas para sua eventual inclusão nos mapas oficiais. É um dos passos para

<sup>22</sup> Rio+Social: Mapa Interativo de Equipamentos Públicos em Favelas Pacificadas e Entorno (2014), <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/riomaisocial>

<sup>23</sup> CHAMBERS, Robert (1981) "Rapid rural appraisal: rationale and repertoire" *Public Administration and Development*, Vol. 1, 95-106

<sup>24</sup> CHAMBERS, Robert (1994) "The origins and practice of participatory rural appraisal" *World Development*, 22(7), 953-969

<sup>25</sup> VILLAROSA, Francesco (1998) *Information, Management and Participation: A New Approach from Public Health in Brazil*. London & Portland, OR: Frank Cass

poder viabilizar serviços postais adequados e registros burocráticos. Para cada território do Rio+Social, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo do Censo 2010, são compilados e complementados com a coleta de dados locais em estudos e relatórios.

Por conta das suas metodologias participativas e territorializadas, o Rio+Social torna-se crescentemente o braço operacional do IPP-Rio para intervenções em favelas<sup>26</sup>. Embora seja um instituto municipal de pesquisa urbana, o “*think tank*” do município, o IPP-Rio pode ser considerado um “*think and do tank*”, pois além de produzir dados, realizar monitoramento e avaliar impactos, promove ações e articulações para alcançar o desenvolvimento sustentável nas favelas. Por meio do Rio+Social, o IPP-Rio apoia as políticas de cada secretaria para as favelas, fomentando a intersetorialidade. Há uma parceria com a Secretaria Municipal de Habitação para colaborar com o trabalho social em empreendimentos do Morar Carioca, o programa que atende aproximadamente 167,000 pessoas no município todo com habitação de interesse social e investiu R\$950 milhões em territórios pacificados de 2009 a Julho 2014. Com a defesa civil há parcerias para avaliar e melhorar o sistema de alarmes para mitigar desastres como deslizamentos de terra. O projeto Sou + Minha Comunidade é uma parceria da Secretaria de Conservação com o Rio+Social e várias outras secretarias para reformar quadras esportivas em favelas. A parceria com a Companhia Municipal de Energia e Iluminação (Rio Luz) é o Vamos Iluminar, para racionalizar a distribuição e melhorar a manutenção das lâmpadas públicas. Rio+Social também colaborou em alguns territórios com a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), oferecendo ao Governo do Estado e à União as bases de dados para facilitar o planejamento integrado. Outras parcerias envolvem a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e as secretarias municipais de educação, saúde, trabalho e emprego, e transportes. A equipe de gestão institucional do Rio+Social estabeleceu pontos focais na maioria das secretarias municipais, colaboradores que facilitam a troca de informações e parcerias.

A capacitação é uma das principais estratégias para fortalecer o capital social e econômico nas favelas. Treinamentos e assessorias para elaboração e gestão de projetos são oferecidos aos moradores e organizações locais. O programa Favela Criativa oferece formação artística e administrativa para jovens empreendedores culturais em favelas com UPP. É uma parceria da Secretaria de Estado de Cultura com o Rio+Social, a empresa Light, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), outras secretarias e organizações comunitárias. Por ser uma parceria de órgãos públicos com a iniciativa privada e com organizações da sociedade civil pode ser considerada uma Parceria Público Privada Participativa, ou PPP3, considerado que envolve três setores. A empresa Light, o Rio+Social, a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e a organização da sociedade civil ISER estabeleceram uma PPP Participativa para a reforma e autogestão comunitária de equipamentos esportivos, o projeto Travessias. A empresa italiana de telecomunicações TIM desenvolveu com o Rio+Social o projeto Agentes da Transformação, uma PPP Participativa para ensinar jovens de favelas a realizar pesquisa domiciliar e empregá-los para coletar dados sobre juventude em milhares de domicílios da cidade.

---

<sup>26</sup> LA ROCQUE, Eduarda & KHAYAT, Douglas (2014) "Favelas e desenvolvimento sustentável no século XXI" in VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.) *Cultura, "favela é cidade" e o futuro das nossas cidades*. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos

A formação de parcerias multissetoriais é uma das principais estratégias de desenvolvimento sustentável do Rio+Social. As parcerias em geral contam com a colaboração de acadêmicos e pesquisadores para produzir dados sobre as parcerias e realizar o monitoramento e avaliação independente. Visto que sempre incluem metodologias para facilitar a participação de moradores, beneficiários e indivíduos sem vínculos institucionais, as parcerias PPP3 também podem ser consideradas PPP5, destacando além dos entes públicos e privados, três setores da sociedade civil, as organizações sem fins lucrativos, o setor de pesquisa e a população geral. O modelo da PPP5 é semelhante ao modelo da Parceria Social Público-Privada, promovido pela Fundação Vale, na medida em que ambos buscam fortalecer o desenvolvimento humano e o alcance de políticas públicas por meio da intersetorialidade e da participação cidadã nas parcerias<sup>27</sup>. No Rio de Janeiro há cada vez mais evidência de que as parcerias multissetoriais são importantes instrumentos da boa governança, eficiência econômica e justiça social.

### **O Pilar Econômico do Desenvolvimento Sustentável**

O município do Rio de Janeiro não teve um bom desempenho em termos econômicos tradicionais até recentemente. Um importante líder da comunidade empresarial da cidade destacou que, de 1976 a 2006, o PIB real ficou praticamente estagnado<sup>28</sup>. Em 1999, a cidade do Rio de Janeiro respondia por 6,8% da economia nacional, comparado com 5,4% em 2006 e 5,1% em 2011<sup>29</sup>. O IBGE divulga os dados oficiais do PIB nominal dos municípios. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) oferece o PIB dos municípios a preços constantes, utilizando o deflator implícito do PIB nacional. Alguns analistas utilizam como deflatores o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região metropolitana do Rio de Janeiro, produzido pelo IBGE, ou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da cidade do Rio de Janeiro, produzido pela Fundação Getúlio Vargas. Em relação ao cálculo da variação real do PIB municipal esses índices não oferecem exatidão<sup>30</sup>. Apesar disso, a utilização desses três deflatores para calcular a variação indica que o PIB real provavelmente contraiu de 2001 a 2003 e cresceu significativamente a partir de 2004. A preços constantes, a taxa de crescimento anual composta do PIB municipal carioca, entre 2003 e 2010, foi 2.8% considerando o deflator implícito nacional, 5% considerando o IPC-RJ e 4.8% empregando o IPCA-RJ.

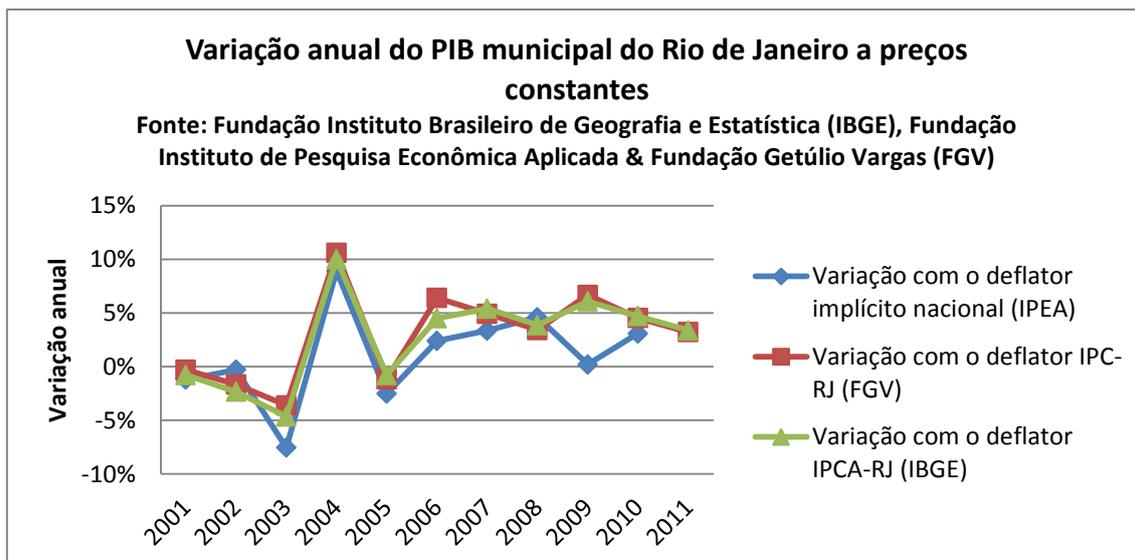
---

<sup>27</sup> Fundação Vale, Parcerias intersetoriais: Perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Vale (2013), [http://www.fundacaovale.org/ptbr/artigos/u/timosartigos/Documents/fundacaovale\\_publicacaoPSPP\\_comp/eto.pdf](http://www.fundacaovale.org/ptbr/artigos/u/timosartigos/Documents/fundacaovale_publicacaoPSPP_comp/eto.pdf)

<sup>28</sup> Alqueres, José Luiz, "A evolução do ambiente de negócios no Rio de Janeiro" in Urani, André & Giambiagi, Fabio (Eds.) Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier (2011), pp. 60- 72.

<sup>29</sup> "Participação das Grandes Regiões, Unidades da Federação do Sudeste e suas Capitais no Produto Interno Bruto a preço de mercado corrente - 1999-2011(Tabe/a N° 1467)". Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos (Data tab/e), [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1467\\_participa%CB%A7%C3%A3O%20das%20grandes%20regi%C3%B5es,%20uf%60s%20do%20Sudeste%20e%20suas%20Capitais%20no%20PIB\\_1999%20-2011.1.XLS](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1467_participa%CB%A7%C3%A3O%20das%20grandes%20regi%C3%B5es,%20uf%60s%20do%20Sudeste%20e%20suas%20Capitais%20no%20PIB_1999%20-2011.1.XLS)

<sup>30</sup> SANTIAGO, Gilda (2008) "Produto Interno Bruto municipal: conceituação, metodologia e análise para a cidade do Rio de Janeiro", *Coleção de Estudos Cariocas*, No. 8, Outubro



O setor de serviços tem uma participação predominante na economia municipal há décadas, respondendo em 2011 por 85,6% do PIB<sup>31</sup>, com percentuais semelhantes nas décadas anteriores. Em 1997, Sonia Rocha argumentou que o efeito positivo produzido pela estabilidade monetária sobre a renda no setor de serviços chegaria a um fim e teria de ser substituído por um aumento nos investimentos públicos, para absorver os trabalhadores com qualificação mais baixa, que poderiam inflar a proporção de famílias pobres<sup>32</sup>. O prefeito Eduardo Paes já no início do seu primeiro mandato deu ênfase ao fortalecimento da capacidade de investimento na sua política econômica municipal. *Estratégias Fiscais e de Regeneração Urbana*

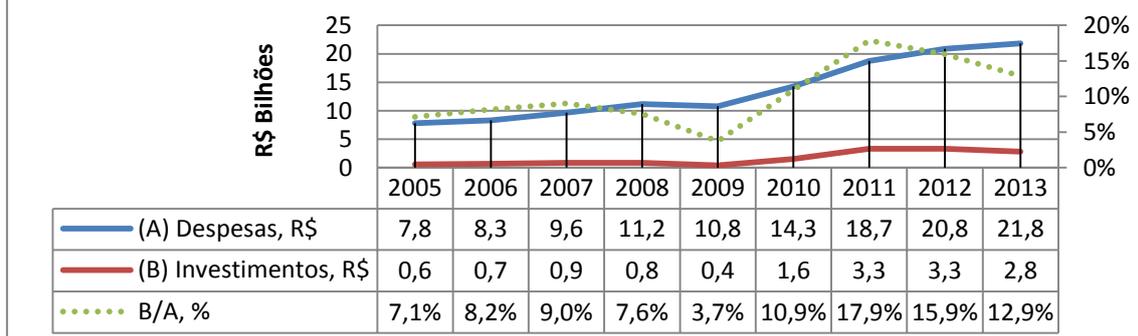
Uma das primeiras iniciativas da administração Paes foi melhorar as condições fiscais para o investimento público. No meio de uma crise financeira global em 2009, o município cortou custos e investimentos para garantir um primeiro superávit primário anual de 12% das receitas. A redução de custos no primeiro ano facilitou o financiamento nos anos seguintes. Em 2010, a Secretaria Municipal da Fazenda recebeu um empréstimo da Política de Consolidação Fiscal para a Eficiência e o Desenvolvimento do Crescimento do Banco Mundial de US\$ 1,045 bilhão. O município então recapitalizou o sistema de pensões, reduziu o crescimento dos custos com funcionários e substituiu a cara dívida com o governo federal por crédito com juros mais baixos e prazos de vencimento mais longos. A proporção de despesas alocadas ao serviço da dívida caiu de 13,7% em 2010 e 8,9% em 2011, para 3,7% em 2012 e 4,2% em 2013. A reestruturação da dívida liberou recursos adicionais para investimentos, que aumentaram de uma média de 8% de gastos de 2005 a 2008 para 14,4% de 2010 a 2013.

<sup>31</sup> "Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto, segundo as Capitais - 2011 (Tabela N° 1465)" Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos (Data table), [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1465\\_pib%20das%20capitais%20por%20setores%20econ%C3%B4micos\\_2011.XLS](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1465_pib%20das%20capitais%20por%20setores%20econ%C3%B4micos_2011.XLS)

<sup>32</sup> Rocha, Sonia, "Tendência Evolutiva e Características da Pobreza no Rio de Janeiro" Texto para Discussão do IPEA No 536 (1997).

## Despesas e investimentos municipais no Rio de Janeiro

Fonte: Controladoria-Geral do Município do Rio de Janeiro



As receitas municipais foram estimuladas não só pela reestruturação de dívidas como também pela implementação da nota fiscal eletrônica Nota Carioca<sup>33</sup>, cujo impacto sobre a arrecadação foi estimado em R\$ 686 milhões referentes ao imposto sobre serviços ISS, o equivalente a em torno de 6% de imposto ISS arrecadado entre julho de 2010 e junho de 2013<sup>34</sup>. O crescimento real da arrecadação de ISS estabilizou-se em torno de 7% por ano entre 2010 e 2012<sup>35</sup>. Essas medidas aumentaram a autonomia fiscal e a confiança do mercado, reduzindo a dependência de transferências governamentais e melhorando as notas de crédito (*ratings*) da cidade<sup>36</sup>.

A revitalização da zona portuária é um dos investimentos de maior porte do governo do prefeito Paes. O projeto de revitalização da zona portuária Porto Maravilha é implementado por uma parceria público-privada formada pelo consórcio de empresas Porto Novo e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) criada em 2009. Com um custo estimado de R\$ 7,6 bilhões, o projeto é financiado em parte por meio da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), dos quais 3% serão destinados à preservação do patrimônio e a projetos locais de desenvolvimento social<sup>37</sup>. A maioria dos projetos de regeneração de zona portuária é afetada por uma tensão inerente entre dois objetivos, aumentar a competitividade e aumentar a qualidade de vida dos moradores afetados. Em Londres a revitalização de Canary Wharf e a subsequente expansão do setor financeiro da cidade foram criticadas por conta das comunidades vizinhas cujas privações socioeconômicas

<sup>33</sup> FOWLER, Neil (2014) "Streamlined Tax Administration in Rio de Janeiro: Implementing Nota Carioca, 2009-2014" *ISS Case Studies*, July. Princeton University Innovations for Successful Societies (ISS) & World Bank

<sup>34</sup> Boavista, José Marcelo Souza & Silva, Fabio dos Santos, "Nota Carioca: impactos financeiros diretos após 3 anos de implantação" *Nota Técnica da Secretaria Municipal da Fazenda*, No. 3, Agosto (2013), <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91253/fd448404-6250-41ec-9fc3-f98480e17cb1>

<sup>35</sup> Instituto Pereira Passos, "Arrecadação de ISS em 2012" *Notas Conjunturais*, 15, (Estudo: 3271, 2012), [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3271\\_n15\\_arrecada%C3%A7%C3%A3o\\_iss\\_2012.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3271_n15_arrecada%C3%A7%C3%A3o_iss_2012.PDF)

<sup>36</sup> La Rocque, Eduarda & Souza, Alessandra, "Finanças do município do Rio de Janeiro: o desafio de preparar a cidade para um salto nos investimentos" in Urani, André & Giambiagi, Fabio (Eds.) *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier (2011), pp. 24-39.

<sup>37</sup> Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, "Prospecto de Registro da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro", publicado em 14 de Junho de 2012 e revisado 08 de Janeiro (2014), <http://portomaravilha.com.br/conteudo/canalInvestidor/prospecto-sem-marcas-de-revisao-4-termo-aditivo-8-1-14.pdf>

continuaram mesmo depois da revitalização.<sup>38</sup> A área de impacto do Porto Maravilha inclui a favela pacificada Morro da Providência, um território com 4.889 pessoas, com grande importância histórica como a primeira comunidade de favela no Brasil. Os investimentos sociais atrelados ao CDURP e ao Porto Maravilha e a assessoria do Rio+Social fazem parte da estratégia municipal para reduzir a tensão entre a competitividade da cidade e a inclusão social da Providência.

### *Pobreza e Desigualdade*

Apesar dos investimentos e do crescimento real da renda, a economia municipal do Rio de Janeiro caracterizou-se nos últimos anos pela decrescente mas substancial pobreza e pela crescente desigualdade de renda. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>39</sup>, os pobres e extremamente pobres no Rio de Janeiro representavam, respectivamente, 5% e 1,25% da população total em 2010, comparado a 8,85% e 2,2% em 2000, ou 14,1% e 4% em 1991. No entanto, 4,3% das famílias declararam em 2010 que não tinham fontes de renda além dos programas governamentais de transferência financeira<sup>40</sup>. Embora muitas famílias provavelmente tenham omitido a renda, isso indica que a população extremamente pobre em 2010 poderia ser superior a 1,25%. O Instituto Pereira Passos (IPP-Rio)<sup>41</sup> destaca que 20,7% da população do Rio de Janeiro vivia em domicílios com renda per capita de menos da metade do salário mínimo, o equivalente a em torno de US\$ 6 por dia considerando o fator de conversão da Paridade do Poder de Compra (ppc) do Banco Mundial para 2010. Ganhando metade disso, 9,2% da população em 2010 sobrevivia com menos de um quarto do salário mínimo per capita brasileiro ou US\$ 3 por dia, comparado a 16,2% no Brasil e 9.6% em São Paulo. Esse valor não é muito superior à linha de pobreza média para todos os países desenvolvidos de cerca de US\$ 2 por dia<sup>42</sup>. Nas favelas do Rio de Janeiro, políticas de distribuição de renda, especialmente o Bolsa-Família e o Cartão Família Carioca, e rendas sem relação com trabalho desempenham um papel importante na redução da pobreza<sup>43</sup>.

---

<sup>38</sup> Brownhill, Sue, "Just add Water: waterfront regeneration as a global phenomenon" in Leary, Michael & McCarthy, John (Eds.) *Companion to Urban Regeneration*. Abingdon, Oxon & NY: Routledge (2013).

<sup>39</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fundação João Pinheiro, "Perfil: Rio de Janeiro, RJ" in Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD, IPEA & FJP (2013), [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/rio-de-janeiro\\_rj](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-de-janeiro_rj)

<sup>40</sup> "Domicílios particulares permanentes por Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Áreas de Planejamento Regiões Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro - 2010, (Tabela 3148)". Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos (Data table), [http://www.armazemdedados.rio.d.gov.br/arquivos/3148\\_domic%20C3%AD/ios%20por%200/asses%20de%20rendimento.XLS](http://www.armazemdedados.rio.d.gov.br/arquivos/3148_domic%20C3%AD/ios%20por%200/asses%20de%20rendimento.XLS)

<sup>41</sup> Instituto Pereira Passos, "Renda e Posse de Bens" Cadernos do Rio, Junho, Estudo: 3293 (2013), [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3293\\_distribuicao\\_renda\\_posse\\_bens.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3293_distribuicao_renda_posse_bens.PDF)

<sup>42</sup> Chen, Shaohua & Ravallion, Martin, "An update to the World Bank's estimates of consumption poverty in the developing World". Development Research Group, World Bank (2012), [http://siteresources.worldbank.org/INTPOVNET/Resources/Global\\_Poverty\\_Update\\_2012\\_02-29-12.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTPOVNET/Resources/Global_Poverty_Update_2012_02-29-12.pdf)

<sup>43</sup> Paes de Barros, Ricardo & Pero, Valéria, "Pobreza no Rio de Janeiro: tendências recentes e desafios para o futuro" in Urani, André & Giambiagi, Fabio (Orgs.) Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier (2011), pp 191-212.

Embora a pobreza esteja inegavelmente diminuindo, a desigualdade no município teve um pequeno aumento. De acordo com o governo federal brasileiro<sup>44</sup>, entre 1990 e 2011, o coeficiente Gini brasileiro caiu de 0,607 para 0,527, atingindo seu ponto mais baixo desde 1960, em grande parte devido a políticas de transferência financeira como o programa Bolsa Família. Contrastando com a tendência nacional, de 1991 a 2000 o coeficiente Gini da cidade do Rio de Janeiro aumentou de 0,609 para 0,615, chegando a 0,639 em 2010, posicionando-a entre as cidades mais desiguais do país<sup>45</sup>. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil oferece um outro indício desse fenômeno, o quinto mais rico da população carioca recebeu 66,9% da renda total municipal em 2010, comparado com 64,8% em 2000. A desigualdade é muito evidente quando se compara as favelas com o resto da cidade. Em 2010, 12,4% das famílias em territórios pacificados ganhavam, considerando a PPC, menos de US\$ 3 per capita por dia e 34% ganhavam menos de US\$ 6, comparado a 7,7% e 18,5%, respectivamente, no resto da cidade<sup>46</sup>.

As residências são importantes ativos financeiros e fontes de riqueza para famílias de várias classes sociais. A relação entre a política de pacificação e os preços de moradias no Rio de Janeiro demonstra a interdependência entre as dimensões econômicas, de governança e de segurança do desenvolvimento sustentável. Frischtak e Mandel sugerem que a Chegada das UPPs respondeu por 15% do aumento de preços nos mercados de imóveis formais no Rio de Janeiro entre 2008 e a metade de 2011<sup>47</sup>. O estudo não incluiu dados sobre o aumento dos preços de moradias nas favelas, mas se estima que sejam ainda maiores do que nos bairros adjacentes. O coeficiente Gini para preços de moradias em seu modelo caiu de 0,280 para 0,265 do final de 2008 para a metade de 2011, indicando uma redução na desigualdade de preços na cidade. Eles sugerem que os imóveis com os preços mais baixos poderiam se beneficiar comparativamente mais do efeito de valorização mas destacam uma ampla gama de respostas de preços, contrastando um aumento de 6% na UPP de Batan, na Zona Oeste, com 21% na UPP de Chapéu-Mangueira, na Zona Sul, mais rica. A política das UPPs traz benefícios claros para muitos proprietários de imóveis, mas os administradores públicos devem considerar também o impacto da pacificação sobre a gentrificação e sobre o poder de compra dos inquilinos. No Rio de Janeiro, a riqueza residencial e os preços dos aluguéis são influenciados mais por características da vizinhança, como acesso a infraestrutura pública e empregos, do que pelas condições da unidade habitacional. Isto indica que gastos públicos têm uma influência preponderante sobre o valor do aluguel e da riqueza residencial<sup>48</sup>. Ao longo de uma década, a locação de unidades residenciais substituiu a compra e venda como a transação predominante

---

<sup>44</sup> IPEA, "A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda" *Comunicados do IPEA*, No. 155, 25 de Setembro (2012), [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicado155rev3\\_final.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf)

<sup>45</sup> IBGE Censo Demográfico, "Índice de Gini da renda domiciliar per capita - Rio de Janeiro", IBGE (2010).

<sup>46</sup> Rio+Social/IPP-Rio & ONU-Habitat, "Tabela compilada Rio+Social: Total e Percentual de Domicílios Particulares por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita" (2014), Outubro, [http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2014/10/Tabela\\_compilada.xls](http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2014/10/Tabela_compilada.xls).

<sup>47</sup> Frischtak, Claudio & Mandel, Benjamin, "Crime, House Prices, and Inequality: The Effect of UPPs in Rio" *Federal Reserve Bank of New York Staff Reports*, No. 542 (2012), [http://www.newyorkfed.org/research/staff\\_reports/sr542.pdf](http://www.newyorkfed.org/research/staff_reports/sr542.pdf)

<sup>48</sup> VETTER, David; BELTRÃO, Kaizô & MASSENA, Rosa (2014) "Residential Wealth Distribution in Rio de Janeiro" *Land Lines*, January. Lincoln Institute of Land Policy

no mercado imobiliário das favelas do Rio de Janeiro<sup>49</sup>. Essa mudança estrutural poderia limitar o efeito positivo da pacificação sobre a riqueza nas favelas.

### **O Pilar Social do Desenvolvimento Sustentável**

O perfil municipal do Rio de Janeiro no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil melhorou significativamente ao longo das duas últimas décadas. A cidade está em 45º lugar entre 5.600 municípios medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que considera três dimensões: longevidade, educação e renda. O Rio de Janeiro saiu de um nível médio de desenvolvimento humano de 0,639 em 1990 para 0,799 em 2010, prestes a ser incluído na categoria do desenvolvimento humano muito alto, acima de 0,8. Naquelas duas décadas, o Brasil passou de um nível muito baixo para um nível alto de desenvolvimento humano<sup>50</sup>. Oferecendo uma alternativa ao IDH, os pesquisadores do IPP-Rio criaram um Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que permite comparar 19.258 unidades territoriais do município em 2000 e 2010<sup>51</sup>. O índice IDS é baseado em microdados do censo nacional e combina indicadores de alfabetização, acesso a saneamento e coleta de lixo, condições habitacionais e renda. É possível perceber no mapa do desenvolvimento social da cidade três áreas distintas. A Zona Sul tem predominantemente níveis muito altos e algumas comunidades com índices de desenvolvimento social mais baixos. Na Zona Norte a maior parte da população tem níveis de desenvolvimento intermediário mas há também comunidades com níveis mais baixos. A Zona Oeste está dividida razoavelmente igualmente entre duas metades, uma com classificações de IDS intermediárias e outra com classificação mais baixa. A Zona Oeste teve a variação positiva mais rápida de 2000 para 2010, enquanto a Zona Norte se deteriorou substancialmente ao longo da década.

As despesas municipais aumentaram de R\$ 10,8 bilhões em 2009 para R\$ 21,8 bilhões em 2013<sup>52</sup>. Nesse período, as despesas com educação aumentaram de 20% para 22,4% do orçamento total, a saúde teve pequeno declínio de 18,8% para 18,2%, enquanto urbanização, habitação e saneamento aumentaram de 12% para 20,8%. De 2009 Julho de 2014, o município investiu em torno de R\$ 1.8 bilhões nas favelas pacificadas, principalmente em urbanização e habitação, mas também em saúde e saneamento. Outros investimentos de quase R\$ 900 milhões foram anunciados até o fim de 2016, destinados principalmente para a educação<sup>53</sup>.

---

<sup>49</sup> Pulici, Andrea et al., O Impacto do Programa Favela-Bairro (PROAP ///) na valorização imobiliária e na mobilidade residencial nas favelas da cidade do Rio de Janeiro: Relatório Final. O/PSOLO/IPPUR/UFRJ & BID (2012)

<sup>50</sup> BARBOSA, Mariana; POLOPONSKY, Katcha; PESSOA, Marcelo & TOMAS, Roberta (2013) "Uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Cidade do Rio de Janeiro" *Notas Técnicas IPP-Rio*, No. 21, Setembro

<sup>51</sup> Cavaliéri, Fernando & Lopes, Gustavo, "Índice de Desenvolvimento Social (IDS) da Cidade do Rio de Janeiro (2000 - 2010)" *Notas Técnicas do IPP-Rio*, 27, Fevereiro (2014), [http://www.warmazemdedadosrio.rjgov.br/arguivos/3350\\_nt\\_27\\_idsOO1oPDF](http://www.warmazemdedadosrio.rjgov.br/arguivos/3350_nt_27_idsOO1oPDF)

<sup>52</sup> Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Prestação de Contas 2013. Rio de Janeiro: Controladoria Geral do Município (2014)

<sup>53</sup> Instituto Pereira Passos, "Rio+Socia/: Ações municipais em áreas pacificadas", (2014), [http://www.rio.d.gov.br/dlstatic/10112/4677271/4125271/AcoesMunicipaisemareas\\_pacificadas.pdf](http://www.rio.d.gov.br/dlstatic/10112/4677271/4125271/AcoesMunicipaisemareas_pacificadas.pdf)

O IDHM do Rio de Janeiro Em 2000, 18% das crianças entre 0 e 3 anos de idade frequentavam creches (escolas maternas) no Rio de Janeiro, comparado a 40% em 2010, enquanto o número total de crianças em creches fundadas pelo município aumentou de 43.300 em 2008 para 63.200 em maio de 2012<sup>54</sup>. Além disso, entre 2000 e 2010, o percentual de crianças de 4 e 5 anos que iam à pré-escola aumentou de 70% para 88%. No entanto, muitos milhares de crianças ainda estão em listas de espera para frequentar escolas, e algumas famílias nem mesmo inscreveram seus filhos nas listas. Crianças de famílias identificadas nas pesquisas como negras ou descendentes de afro-brasileiros têm níveis mais baixos de frequência à pré-escola e escola secundária do que a média da cidade, e a frequência à escola secundária é menor nos bairros de baixa renda. A taxa de analfabetismo adulto entre a população negra é mais que o dobro da taxa da população branca, quase 4% comparada a 1,8% em 2010. De forma alarmante, o analfabetismo entre crianças negras da faixa etária de 8-9 anos era de 8%, comparado a 4% entre as crianças brancas da mesma idade. Refletindo a desigualdade econômica e étnica, o analfabetismo nas escolas públicas é maior do que nas escolas privadas. Em relação à faixa etária de 10-14 anos, o governo municipal teve um papel fundamental na redução do analfabetismo funcional de 14% em 2008 para 4,1% em 2012. Além de ter foco no analfabetismo, o município implementou um modelo de governança meritocrática para a educação em toda a cidade e criou o programa Escolas do Amanhã, oferecendo educação em tempo integral, serviços sociais e novos métodos de ensino em 151 escolas nas favelas pacificadas<sup>55</sup>.

O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil indica que a expectativa de vida no Rio de Janeiro aumentou de 67,9 anos em 1991 para 75,7 em 2010. Melhor acesso a água e saneamento teve um impacto sobre as condições de vida no Rio de Janeiro. Muitas favelas tinham passado por programas governamentais de urbanização antes da pacificação. De acordo com o censo de 2010, 93,8% das famílias em áreas pacificadas tinham saneamento adequado, pouco menos que os 94,9% da média da cidade<sup>56</sup>. O Rio+Social proporciona aos responsáveis pela política habitacional municipal pesquisas, análises e coordenação estratégicas das partes interessadas para formar parcerias multisetoriais sustentáveis e duradouras. Outra melhoria significativa foi a taxa de mortalidade infantil que caiu de 36,1% por mil nascidos vivos em 1980 para 13,6 em 2009<sup>57</sup>. As melhorias em segurança nas estradas e a redução dos índices de homicídios

---

<sup>54</sup> Instituto Pereira Passos, "Educação" Cadernos do Rio, Junho (2013), [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3290\\_educacao.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3290_educacao.PDF)

<sup>55</sup> Schwartzman, Simon, "Melhorar a educação no Rio de Janeiro: um longo caminho" in Urani, André & Giambiagi, Fabio (Eds.) Rio: a hora da Virada. Rio de Janeiro: Elsevier (2011), pp. 227-241.

<sup>56</sup> UPP Social / IPP-Rio & UN-Habitat, "Tabela compilada UPP Social: Total e%ual de Domicílios Panfioulares Permanentes por Tipo de Esgotamento Sanitário", (2014), [http://www.4LIQsocial.org/wg-content/uploads/2014/07/Tab/a\\_comgiladaxls](http://www.4LIQsocial.org/wg-content/uploads/2014/07/Tab/a_comgiladaxls)

<sup>57</sup> CarneirQ Alcides; /ozzi, Rosanna & Santos, Lucia, "Causa Morís: um panorama das doenças por faixa etária na Cidade do Rio de Janeiro - 1980 a 2009" Coleção Estudos Cariocas, No 20130201 (2013), [http://ponfalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/32\\_70\\_Ca\\_usaMorís\\_panorama\\_1980\\_2009.pdf](http://ponfalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/32_70_Ca_usaMorís_panorama_1980_2009.pdf).

anteriormente discutidas também ajudaram a aumentar a expectativa de vida nos últimos anos<sup>58</sup>. Devido às relações entre diferentes dimensões do desenvolvimento, a expansão da cobertura da estratégia de saúde familiar (ESF), de 7% da população em 2009 para 40% no final de 2012 contribuiu não apenas para reduzir as taxas de mortalidade, mas também para aumentar a frequência escolar e o emprego<sup>59</sup>. O aumento da cobertura para 70% foi incluído como uma das metas do plano estratégico municipal para 2016. A meta da cidade já foi atendida nas favelas pacificadas em 2014, quando a cobertura de ESF atingiu 73% e 100% em várias comunidades. No entanto, a fraca governança e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo continuam sendo um grande desafio para melhorias na saúde pública<sup>60</sup>.

## O Pilar Ambiental do Desenvolvimento Sustentável

Em uma escala global, há cada vez mais evidências de que o modelo de crescimento econômico atual baseado em combustíveis fósseis e em padrões de consumo insustentáveis está em conflito com os limites ambientais planetários. Há também evidências de que, além de um certo nível de renda necessário para atender às necessidades básicas, uma renda extra não melhora substancialmente a qualidade de vida e o bem-estar. A riqueza que cresce rapidamente multiplica os impactos ambientais e as externalidades do consumo e dos investimentos sem oferecer benefícios proporcionais em termos de bem-estar<sup>61</sup>. No Rio de Janeiro, as mudanças climáticas estão associadas com maiores vulnerabilidades, inundações devido à elevação do nível do mar, chuvas intensas e deslizamentos de terra mais frequentes, e a disseminação de doenças associadas ao clima como a dengue<sup>62</sup>. Em 2011, o governo municipal desenvolveu em colaboração com o governo britânico um Mapa da Vulnerabilidade Climática, com informações sobre as dimensões ambientais, sociais, econômicas e de infraestrutura<sup>63</sup>. A elevação do nível do mar e as marés meteorológicas exigem estratégias complexas para mitigar desastres e evitar colapsos nos sistemas de drenagem e saúde pública. Vinte e quatro horas por dia, o Centro de Operações do Rio (COR) monitora correntes de dados para aumentar a resiliência municipal e apoiar a administração pública. Forças de segurança, gestores de tráfego, bombeiros e

---

<sup>58</sup> "Indicadores de Saúde de Residentes no Município do Rio de Janeiro 2000- 2011" Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos, [http://www.armazemdedados.rj.o.d.gov.br/arquivos/3365\\_indic\\_nascimento%20mortalidade\\_mrj.PDF](http://www.armazemdedados.rj.o.d.gov.br/arquivos/3365_indic_nascimento%20mortalidade_mrj.PDF)

<sup>59</sup> Harzheim Erno; Lima, Karine & Hausen Lisiane, Reforma da atenção primária à saúde na cidade do Rio de Janeiro - avaliação dos primeiros três anos de clínicas da família: Pesquisa avaliativa sobre aspectos de implantação, estrutura, processo e resultados das Clínicas da Família na cidade do Rio de Janeiro Porto Alegre,RS: OPAS, (2013).

<sup>60</sup> "Munoz, Flavia Poppe de,"A saúde no Rio de Janeiro o Velho compromisso pendente in Urani, André & Giambiagi, Fabio (Eds.) Rio: a hora da virada Rio de Janeiro: Elsevier (2011), pp. 213-226.

<sup>61</sup> Resende, André Lara, Os limites do possível: a economia além da conjuntura São Paulo: Porto/Penguin (2013).

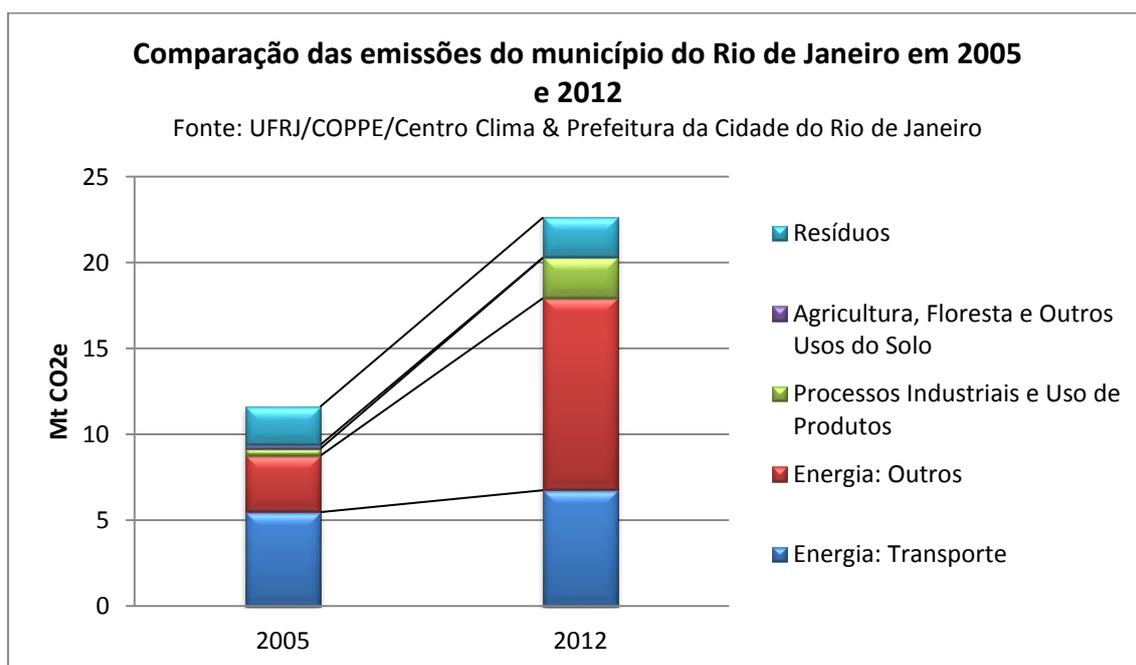
<sup>62</sup> Carbon Disclosure Project, CDP Cities 2013 Report for the City of Rio de Janeiro London: CDP (2013), [http://c4oproductionimages.s3.amazonaws.com/other\\_uploads/umages8\\_CDP\\_Cities\\_2013\\_Rio.original.pdf?7401840553](http://c4oproductionimages.s3.amazonaws.com/other_uploads/umages8_CDP_Cities_2013_Rio.original.pdf?7401840553)

<sup>63</sup> Franco, Nelson Moreira, "A cidade do Rio de Janeiro no contexto das mudanças climáticas e na transição para economia verde" Cadernos Adenauer, Vol. 13 (Edição Especial 2012), 109-124, <http://www.kas.de/wf/doc/6999-1442-5-30.pdf>

autoridades responsáveis por emergências planejam respostas a desastres no COR, utilizando sua sala de crise com videoconferência para reação rápida. Em parceria com o governo estadual, a sociedade civil e o setor privado, o governo municipal do Rio de Janeiro ajudou a criar uma Bolsa de Valores Ambientais (BV-Rio) para apoiar a proteção ambiental com instrumentos negociáveis como reserva ambiental e cotas de emissões<sup>64</sup>.

#### *A Política Municipal sobre Mudança do Clima*

Em 2011, o prefeito Eduardo Paes aprovou a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, que inclui um plano municipal, um fórum, incentivos fiscais e um fundo dedicado. A política também estabelece metas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, comparado a 2005, em 8% até 2012, 16% em 2016 e 20% in 2020. Cria incentivos para o crescimento da energia renovável e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, como créditos de carbono. O governo municipal e a Universidade Federal do Rio de Janeiro coordenaram a revisão do plano de ação em dezembro de 2013 e a formulação do terceiro inventário de gases do efeito estufa do município<sup>65</sup>. Esse inventário foi um dos 30 desenvolvidos no mundo em colaboração com o Instituto de Recursos Mundiais, o C40 e Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), para criar o Protocolo Global para Emissões de Gases do Efeito Estufa em Escala Comunitária. De acordo com o inventário, as emissões no Rio de Janeiro dobraram de 2005 para 2012, atingindo 22. 6 Mt CO<sub>2</sub>e.



A maior parte do aumento nas emissões ocorreu no setor energético, cujas emissões em 2012 eram 105% maiores do que em 2005. A participação total da energia nas emissões aumentou de

<sup>64</sup> Bolsa Verde do Rio de Janeiro, Relatório de Atividades 2011-2013. Rio de Janeiro: BVRio (2014), [http://www.bvrio.org/site/images/publicacoes/relatorio2013\\_16.pdf](http://www.bvrio.org/site/images/publicacoes/relatorio2013_16.pdf)

<sup>65</sup> Centro Clima, Inventário das emissões de gases do efeito estufa da cidade do Rio de Janeiro em 2012 e atualização do plano de ação municipal para redução de emissões: resumo técnico Rio de Janeiro: Municipal Secretariat of the Environment & The Centre for Integrated Studies on Climate Change and the Environment of the Federal University of Rio de Janeiro (2013), [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1712030/4114528/CRJ\\_inventarioGEE2012\\_resumo\\_tecnicoPORTUGUESFINAL.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1712030/4114528/CRJ_inventarioGEE2012_resumo_tecnicoPORTUGUESFINAL.pdf)

75% para 79%. O transporte continua sendo o subsector de energia mais poluente, mas sua participação percentual nas emissões totais caiu de 47% para 30%. O consumo energético das residências, comércios e indústrias foi o principal motivo do aumento das emissões da energia. Devido à relativamente baixa industrialização do município, um empreendimento, a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), é responsável por uma enorme parcela das emissões municipais. A TKCSA entrou em operação em 2010. Em 2012 suas emissões brutas alcançaram 8.8 Mt CO<sub>2</sub>e. As emissões decorrentes de processos industriais, excluindo o abastecimento de energia para as indústrias, aumentaram 475% ao longo de sete anos. Responderam por quase 11% das emissões da cidade, comparado a 4% em 2005. Em contrapartida, as emissões dos resíduos em 2012 responderam por 10% das emissões da cidade, comparado com 19% em 2005.

### *Estratégias de Mitigação da Mudança Climática e Adaptação*

Reformar o setor de transportes é uma das estratégias incluídas no plano municipal para reduzir as emissões. Planeja-se um aumento no número de usuários de sistemas de trânsito de massa, de 18% da população em 2011 para 60% em 2016, correspondendo a 4 milhões de pessoas. Abordar o sistema de transportes é a maior contribuição para atingir a meta de emissões. Outros projetos incluem a expansão das ciclovias, de 150km para 450km até 2016, o programa Bairro Maravilha, que está melhorando a iluminação pública e reduzindo o uso de energia, a iniciativa de 500.000 novas árvores e o programa de reflorestamento que deverá abranger 1.700 hectares até 2016. Em termos de gestão de lixo, o plano estratégico inclui uma significativa expansão do saneamento na área de planejamento cinco (AP5), a Zona Oeste, e busca coletar 25% de todo o lixo reciclável até 2016. A secretaria de conservação municipal e sua empresa de limpeza urbana Comlurb frequentemente cooperam com o Instituto Pereira Passos (IPP-Rio) para planejar a coleta de lixo e a logística de manutenção nas favelas. A política de gestão de lixo Vamos Combinar foi implementada como uma parceria multissetorial e originou-se da colaboração entre o Rio+Social, na época chamado de UPP Social ativistas comunitários e organizações comunitárias. A política de manutenção de espaços públicos “Sou+Minha Comunidade” também utiliza os sistemas de informação participativos do IPP-Rio para planejamento<sup>66</sup>. O programa de melhoria urbana e habitação Morar Carioca busca melhorar o saneamento, a coleta de lixo e a iluminação pública para 156.000 unidades familiares até o final do plano. Esses investimentos claramente têm um impacto ambiental positivo, mas uma contribuição mais significativa no sentido das emissões de gases do efeito estufa exigiria uma expansão significativa da ainda nascente capacidade municipal de capturar biogás. O desenvolvimento ambiental e os outros pilares da sustentabilidade exigem governança sustentável prestação de contas, indicadores de desempenho consensuais e a mensuração adequada dos custos sociais e ambientais<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> Allis, Joana & Franca, Monique, "Environmental Education in Integrative Waste Management: Case Study of Favelas in Rio de Janeiro" in Medeiros, Rodrigo Swaruk, Larry (Eds.) Sustainable Development Practice: Advancing Evidence-Based Solutions for the Post-2015 Agenda, Proceedings of the 2013 International Conference on Sustainable Development Practice. New York: Global Association of the Master's in Development Practice Programs (2013), p. 286 - 294.

<sup>67</sup> Besserman, Sérgio; Rosa, Rodrigo & Lins, Clarissa, "Sustentabilidade é competitividade: para o Rio e para o Brasil" in Urani, André & Giambiagi, Fábio (Eds.) Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro:

## Parcerias Multissetoriais para Governança Eficaz do Desenvolvimento Sustentável

A conjuntura positiva do Rio de Janeiro apresenta uma oportunidade única para mobilizar recursos e promover o desenvolvimento sustentável. A redução do crime letal na cidade, a rentável extração de petróleo das profundezas das camadas pré-sal, o turismo e as indústrias criativas associadas aos mega eventos fazem parte dessa oportunidade, mas para que essa conjuntura de fato resulte em mais sustentabilidade é preciso aumentar as capacidades de planejamento e execução de projetos dos vários setores da sociedade. O desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro depende da boa governança. Para aumentar a escala das numerosas parcerias multissetoriais na cidade identificadas como boas práticas de governança, cabe criar incentivos para que sejam registradas, avaliadas, replicadas e integradas. Comemorando os 450 anos da fundação da cidade, o IPP-Rio inaugurou no dia 17 de Dezembro de 2014 “o Pacto do Rio: por uma cidade integrada”, uma rede local articulada com a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), composta por indivíduos e organizações comprometidas voluntariamente com frentes de trabalho monitoradas e avaliadas, e com as diretrizes da Rio+20, principalmente eficiência econômica, justiça social e boa governança.

O Pacto do Rio é um incubador de inovações para o desenvolvimento urbano carioca, especialmente tecnologias sociais e metodologias de colaboração entre os setores público, privado e sem fins lucrativos. A escala e a eficácia das inovações implementadas pelo programa Rio+Social e pelo governo municipal, tais como as parcerias público privadas participativas, pode ser aumentada com mais participação cidadã, intersectorialidade e integração de projetos de desenvolvimento sustentável do setor privado e da sociedade civil com o planejamento estratégico da cidade. Tal como ocorre nas redes do C40 e em outras redes transnacionais voltadas para a sustentabilidade, busca-se inovação e aumento da produtividade por meio do intercâmbio técnico. A rede SDSN foi convidada para ancorar o Pacto do Rio por conta do seu foco na avaliação e monitoramento de indicadores de desenvolvimento sustentável e por conta da sua composição intersectorial. Tanto organizações do poder público quanto da sociedade civil, principalmente da academia, participam da SDSN Brasil, assim como a iniciativa privada. Essas organizações são âncoras do Pacto do Rio, congregando atores locais nas suas respectivas redes setoriais e temáticas.

O Pacto do Rio fortalece o legado da Rio+20 na medida em que compactua com os princípios e as diretrizes para a sustentabilidade definidos na cúpula. Em 2002 na cidade de Johannesburgo, durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), foi inaugurada a Parceria Tipo II, um modelo voluntário de parceria multissetorial para iniciativas de desenvolvimento sustentável<sup>68</sup>. Na Conferência Rio+20 foram feitos em torno de 700 desses compromissos voluntários. Uma estrutura voluntária de prestação de contas foi proposta pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas para orientar a implementação dos compromissos. Fazem parte dessa estrutura relatórios de progresso anual, cadastros de iniciativas, acesso público a indicadores de desempenho e análises independentes de terceiros<sup>69</sup>. O parágrafo 283 do documento final do Rio+20 “O Futuro que Queremos”

---

<sup>68</sup> Backstrand, Karin, “Multi-stakeholder partnerships for sustainable development: rethinking legitimacy, accountability and effectiveness” *European Environment*, (2006)16(5), 290-306.

<sup>69</sup> UNDESA (2014) Sustainable Development in Action: special report on voluntary commitments and partnerships for Sustainable Development, July, [http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1479SD%20in%20Action%20Report%20final%20\(1fv\).pdf](http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1479SD%20in%20Action%20Report%20final%20(1fv).pdf)

recomenda a integração e a atualização periódica na internet de registros públicos de iniciativas como um princípio de boa governança para o desenvolvimento sustentável. A SDSN e o Pacto do Rio seguem essa recomendação desenvolvendo metodologias locais de avaliação de impacto, prestação de contas e controle social.

Parcerias multissetoriais fazem parte da estratégia municipal para democratizar a gestão pública e o desenvolvimento sustentável. Contradizendo sugestões de que as Parcerias Público-Privadas Participativas poderiam fortalecer a iniciativa privada em territórios vulneráveis, em detrimento da mobilização social<sup>70</sup>, o Pacto do Rio oferece incentivos para que cada setor fiscalize a atuação do outro como em um sistema de freios e contrapesos. A governança do Pacto do Rio e das PPPs Participativas é pautada pela intersectorialidade, avaliação contínua, transparência e participação social. O Pacto do Rio conta com a participação do setor privado e da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, órgãos de pesquisa e cidadãos interessados sem vínculo institucional, o público geral. Os compromissos e as parcerias multissetoriais pactuadas podem ter dimensões e graus de formalização diversos, desde grandes PPPs, concessões administrativas ou patrocinadas, até arranjos com o mínimo de formalização. O Programa de Microalianças Público Privadas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) enfatiza que parcerias multissetoriais podem ter modalidades contratuais mais consolidadas e menos complexas do que PPPs, como concessões comuns, convênios, contratos de gestão e termos de parceria<sup>71</sup>. PPPs Participativas bem sucedidas, como Travessias e Agentes da Transformação, são modelos importantes para novas parcerias multissetoriais.

---

<sup>70</sup> Mendes, Alexandre Fabiana “Entre choques e finanças: a ípacificaçãdl e a “integração” da favela à cidade no Rio de Janeiro” O Social em Questãa Éç2014)18(31), 237 - 252. â

<sup>71</sup> Programa Alianças Público Privadas, Guia de procedimentos para a constituição de uma aliança público-privada. Karin Segala; Adriana Nascentes e Gil Soares Junior .Rio de Janeiro: IBAM, Fomin/BID, (2014). (Coletânea Alianças Público-Privadas para o Desenvolvimento Local,v.3), <http://www.aliancaspublicoprivadas.org.br/app/wp-content/uploads/2014/07/03txt-guia-procedimentos-v.editada.pdf>